

ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS POPULARES E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – A REALIDADE DO BAIRRO 17 DE MARÇO, ARACAJU-SERGIPE

Danielle Menezes dos Santos(*), José Daltro Filho

* Universidade Federal de Sergipe. E-mail: dani_menezess@yahoo.com.br.

RESUMO

O planejamento urbano viabiliza a qualidade de vida da população. A execução de um bairro, quando planejado, permite o desenvolvimento sustentável da comunidade. A avaliação dos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE nos assentamentos habitacionais populares em Aracaju-SE, com o intuito de verificar se há o desenvolvimento sustentável, no caso do Bairro 17 de Março. Com a pesquisa exploratória e descritiva, levantamento de dados e pesquisa de campo com moradores do Bairro, das moradias entregues até junho de 2013. Analisados pontos como: características da edificação, da área comum, dos serviços, da infraestrutura, mobilidade, econômica, social e da saúde e o resultado encontrado demonstrou que, quanto ao planejamento urbano, o bairro não possui qualidade de vida e algumas das necessidades não foram atendidas. Em relação aos indicadores, o bairro não tem situação satisfatória, o que demonstra a necessidade de ações por parte da Prefeitura para que os moradores tenham qualidade de vida e ocorra o desenvolvimento sustentável no bairro.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Urbano, Desenho Urbano, Assentamentos Habitacionais, Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

A transformação ocorrida nas cidades devido a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, ocasionou dois grandes problemas, a questão da habitação para todos e a degradação do meio ambiente. Abordados de forma independente, o meio ambiente teve maior destaque, pois afetava diretamente a economia sem a preservação dos recursos naturais.

A conservação dos recursos naturais, visando à continuidade do crescimento econômico dos países, levou à discussão do tema desenvolvimento sustentável, inicialmente, com a preocupação de manter a matéria-prima necessária para o desenvolvimento econômico. A discussão sobre o tema ganhou maiores proporções ao longo dos anos, notou-se que o social e o ambiental também deveriam estar envolvidos, não mais ter a questão econômica como ponto principal. Além disso, este desenvolvimento precisava atingir a todos e ser realizado por todos para que reduzisse o impacto no meio ambiente. Em relação à habitação, a preocupação era a construção de assentamentos¹ com o maior número de moradias possíveis para reduzir o déficit habitacional, retirar a população das áreas de risco e evitar epidemias devido à falta de infraestrutura do local.

Apesar da criação de políticas públicas direcionadas à questão da habitação, durante anos, ações eram implementadas sem analisar a questão ambiental ou o desenvolvimento da comunidade que residirá nos novos assentamentos. Afinal, a construção de empreendimentos deste porte causa grande impacto ao meio. A junção do desenvolvimento sustentável com a questão da habitação é fundamental não só para reduzir o impacto ambiental, mas também para evitar futuros problemas e promover a sustentabilidade da população que habitará no local.

A formulação de leis e políticas públicas para reduzir o impacto na cidade alterou o modelo das ações destinadas à questão habitacional. Diante disto, em 2007 o Presidente Luís Inácio Lula da Silva criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o qual tem como meta promover “a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (BRASIL, 2012).

Na cidade de Aracaju, Sergipe, a construção do Bairro 17 de Março foi realizada por intermédio do PAC, o qual teve como meta resolver a questão da moradia dos que viviam em áreas de risco. Tal assentamento destinado a abrigar aproximadamente 25 mil habitantes deve promover a qualidade de vida dos moradores e o desenvolvimento econômico.

¹ Defini-se como assentamento áreas destinadas a habitação popular. No caso dessa pesquisa o assentamento também foi denominado como bairro devido o nome empregado para o empreendimento – Bairro 17 de Março.

Construído na Zona de Expansão da cidade, o bairro, devido à dimensão, deve possuir toda a estrutura exigida para o porte em que foi planejada, com primeira etapa entregue em março de 2010. O bairro ainda está em processo de construção, mas já permite ter um panorama quanto ao desenvolvimento sustentável da comunidade.

Com a análise do Bairro 17 de Março a partir dos indicadores de desenvolvimento sustentável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2012, é possível verificar se o assentamento atende quanto à promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade. O panorama do bairro proporciona mais do que o entendimento da situação local, mas também é um importante instrumento para definir as políticas públicas delineadas às necessidades locais.

Esse estudo aqui proposto tem como objetivo geral analisar a aplicação dos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE aos assentamentos habitacionais populares em Aracaju - SE com o intuito de promover desenvolvimento sustentável dessa população, a partir da análise do Bairro 17 de Março.

Com o intuito de responder à problemática levantada, a metodologia de execução definida foi a pesquisa exploratória e descritiva com o levantamento de dados quantitativos e qualitativos. Os procedimentos técnicos utilizados foram: a pesquisa documental e bibliográfica e aplicação de questionários com os moradores do assentamento e com funcionários da Secretaria Municipal de Aracaju. O universo da pesquisa foi a primeira e segunda etapa do bairro, entregue até junho de 2013, o que totaliza 1.490 imóveis, dos quais foram pesquisados 251 domicílios. A análise e a discussão dos dados foram realizadas, após os mesmos serem tabulados e transformados em gráficos, posteriormente fundamentadas e analisados quanto aos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do IBGE.

ANÁLISE DO BAIRRO 17 DE MARÇO

A pesquisa teve como princípio avaliar a atual situação do novo bairro construído para a população de baixa renda, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável dos novos moradores. No que concerne quanto ao conceito delimitado de desenvolvimento sustentável, ou seja, se promove o desenvolvimento da comunidade com preocupação quanto ao econômico, social e ambiental.

Os indicadores selecionados serviram como ferramenta para analisar o bairro e indicar situações que estão críticas, para dessa forma propor pontos que necessitam ser alterados nas etapas entregues ou nas que serão construídas. Os indicadores utilizados foram os do IBGE, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, onde foram selecionados os que se enquadram com o local e com a situação (Tabela 1). Foram analisados aqueles itens que estão presente no bairro e em relação à qualidade de vida.

Tabela 1. IDS selecionados quanto a situação do Bairro 17 de Março - Fonte: Adaptado pela autora. IBGE, 2013

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – IBGE		
DIMENSÃO	TEMA	INDICADORES
AMBIENTAL	Atmosfera	Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas
	Saneamento	Acesso a sistema de abastecimento de água
		Acesso a esgotamento sanitário
		Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico
		Tratamento de esgoto
	Destinação final do lixo	
SOCIAL	Trabalho e rendimento	Rendimento domiciliar per capita
		Rendimento médio mensal
		Mulheres em trabalhos formais
	Saúde	Esperança de vida ao nascer
		Taxa de mortalidade infantil
		Prevalência de desnutrição total
		Oferta de serviços básicos de saúde
	Educação	Taxa de frequência escolar
		Taxa de alfabetização
Taxa de escolaridade da população adulta		

	Habitação	Adequação de moradia
	Segurança	Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte
ECONÔMICA	Padrões de produção e consumo	Coleta seletiva de lixo
INSTITUCIONAL	Capacidade institucional	Acesso aos serviços de telefonia
		Acesso à Internet
		Agenda 21 Local

• CARACTERÍSTICA DAS EDIFICAÇÕES

A característica das edificações, apesar de não ser o foco do trabalho, o uso que dão ao terreno ou ao imóvel, demonstra como o bairro está se desenvolvendo. O bairro conta com 03 tipologias de residências: casas com um ou dois quartos e apartamentos com dois quartos. O questionário contou com algumas questões sobre as edificações para saber sua situação, se sente a necessidade de ampliar a residência, como o terreno foi aproveitado e se há conforto térmico. As respostas destes questionamentos, junto à característica socioeconômica, permitiram ter uma melhor visão da realidade nas habitações.

A necessidade de ampliar a residência foi presente em 64% dos entrevistados. Esta vontade de aumentar o tamanho da casa ou modificar um apartamento foi comum naqueles que possuem família numerosa, com cinco ou mais integrantes. Porém só é permitida a construção de muros e cimentar ou revestir o terreno, além do fato que nem todos têm condições de arcar por uma obra na residência. A necessidade de ampliar a edificação mostra que, para a grande maioria, a casa não está atendendo ao conforto adequado.

O questionário aplicado no bairro mostrou que, em relação à edificação, a maior queixa é quanto ao tamanho do imóvel, pois poucos têm condições para executar as modificações e as Normas da Prefeitura não permitem grandes alterações. Conforme Souza (2010) para haver a qualidade de vida, um dos critérios é atender a funcionalidade, que consiste no conforto e necessidade de espaço que evitaria consequências como a insatisfação com a moradia.

O incentivo à construção de pontos comerciais ou de serviços evita a divisão do bairro em zonas, consequentemente reduz o fluxo de veículos pelo bairro. Outra vantagem é o aumento na renda da família e a não necessidade de participar dos Programas de Auxílio do Governo, como o Bolsa Família. Para Andrade (2009), quanto maior a diversidade e a densidade de usos no desenho urbano, menor é a necessidade de transportes e consequentemente menor é o impacto no meio.

Para o desenvolvimento sustentável, em relação às edificações, dois dos indicadores do IBGE se destacam: o **Indicador de Rendimento Médio Mensal**, o qual busca garantir a equidade de renda a todos, independentemente do sexo ou da cor. O incentivo ao comércio e serviços é uma das maneiras de atingir tal indicador. O **Indicador de Adequação de Moradia** tem como relevância o espaço físico suficiente para os moradores. A permissão de alteração nas edificações é uma das maneiras de atendê-lo. Tais indicadores devem constar no planejamento urbano. De acordo com Souza (2010) o planejamento urbano deve acompanhar as modificações e estar em constante aperfeiçoamento.

• CARACTERÍSTICAS DA ÁREA COMUM

A presença de áreas comuns incentiva o encontro dos moradores, a comunicação e troca de conhecimento. Andrade (2009) cita que as sucessivas interações no modo de vida proporcionam um aumento das funções urbanas e assim uma estabilidade. Os itens analisados relativos à área comum foram arborização, praça, parque infantil e o centro comunitário, se há a existência destes e sua qualidade.

A arborização do bairro é incipiente, poucas foram as árvores diagnosticadas nas áreas públicas e as existentes são as plantadas pelos moradores. Segundo a SEPLAN, a Secretária de Meio Ambiente de Aracaju começou o estudo para determinar as espécies de árvores e os pontos onde serão plantadas. Após o estudo é que a Emsurb realizará o plantio nos espaços das praças e demais áreas públicas. Enquanto isso, o bairro continua árido e quente, pois mesmo com a ventilação percebida e aqui relatada, o local por ser um campo aberto e sem arborização, não é suficiente para amenizar o calor e, principalmente, nas ruas.

Em relação à praça construída na primeira etapa do bairro, a situação não é melhor. Atualmente só existe uma praça no bairro, o seu mobiliário e os brinquedos estão destruídos. Segundo a SEPLAN está prevista a construção de mais três praças em parceria com a Secretaria de Saúde. O projeto está em fase de finalização para que passe pela aprovação da Emurb, enquanto isso os moradores ficam limitados a uma única praça.

O parque infantil está na única praça do bairro, mas foi destruído, restando apenas o escorregador. Por causa da degradação, o local ficou abandonado e os moradores têm medo de frequentar, principalmente à noite, o que refletiu o alto índice dos que não utilizam ou consideram não ter parque para as crianças. As praças que serão construídas contarão com parque infantil e outros atrativos para as crianças, segundo a SEPLAN. No bairro não consta a existência de centro comunitário e não há espaço determinado para tal uso.

Observa Romero (2009), que o âmbito do público tem como meta o espaço externo acolhedor e seguro, o espaço público com qualidade, para que haja um domínio público pela sociedade. Tal domínio promove a relação social da comunidade, a interação e a integração, objetivos para o desenvolvimento sustentável do bairro.

Para Souza (2010), um dos critérios para a qualidade de vida é o de estética e criatividade que prevê a presença de parques e praças, o que evitaria a insatisfação com o local e o vandalismo. Para que a qualidade de vida seja alcançada, o indicador que se enquadra em relação à área comum é o **Indicador Agenda 21 Local**. A Agenda 21 propõe assentamentos com qualidade de vida e, assim, redução dos gastos públicos com saúde. A disseminação da Agenda 21 Local de acordo com a realidade da cidade e do bairro é investir no desenvolvimento sustentável, no entanto a Agenda 21 Local de Aracaju ainda não foi criada.

• **CARACTERÍSTICA DOS SERVIÇOS**

A característica dos serviços presentes no bairro demonstra o grau de estrutura do bairro e as dificuldades que a população sente. Os itens avaliados foram: creche, escola, posto de saúde, telefone público, serviço dos correios, centro social, área para lazer, comércio local, comércio na redondeza, segurança e serviços no local. O questionário buscou identificar a existência destes serviços e sua qualidade.

Os serviços de creche, escola, posto de saúde, telefone público, serviço dos correios e centro social não existem no bairro. As crianças em idade de frequentar creche são levadas para as que funcionam no Bairro Santa Maria ou são deixadas com parentes ou vizinhos enquanto os pais trabalham. O fato de não haver creche no bairro é um dos fatores que impossibilita que mais de um membro da família trabalhe fora ou até mesmo algumas mães solteiras.

A ausência de escola foi resolvida pelo uso de transporte escolar disponibilizado pela prefeitura para levar crianças e adolescentes em idade escolar a colégio público em bairros vizinhos. O fato de não haver escola no bairro dificulta a continuação dos estudos pelos adultos ou pelos que trabalham durante o dia. No perfil socioeconômico do bairro, diagnosticou-se a alta quantidade de adultos que não concluíram os estudos.

Relatado pelos entrevistados e confirmado durante a pesquisa de campo a creche escola está em construção, mas ainda não há data para a inauguração. Segundo dados da SEPLAN, foram destinadas oito áreas para a construção de creches e escolas, mas já foi diagnosticado que devido ao tamanho populacional do bairro, estimativa de 25.000 (vinte e cinco mil) moradores, as áreas destinadas não serão suficientes. Está previsto a construção de mais uma escola no entorno do bairro, mas ainda não existe escola no bairro.

No momento há uma unidade de saúde em construção no bairro, sem data prevista para o início do funcionamento. Enquanto isso o atendimento médico é realizado nas Unidades de Saúde da Família dos bairros vizinhos, as unidades Dr. Augusto César Leite, Celso Daniel e Elizabeth Pita. Para o assentamento estão previstos uma unidade de acolhimento, dois CAPs - Centro de Aperfeiçoamento Profissional, duas academias da cidade, duas unidades de saúde e um Centro de Zoonoses, conforme dados da SEPLAN.

Apesar dos primeiros moradores já estarem com quase quatro anos no bairro, quando realizada a pesquisa de campo, ainda não eram beneficiados com o serviço dos correios porque as ruas naquele período que estavam recebendo nomes oficiais, e conseqüente o CEP. O serviço de telefone público não existe e até mesmo o serviço de telefonia móvel é insatisfatório, visto que se verificaram alguns pontos onde não há sinal ou é falho.

Não há centro social ou espaço para encontro da comunidade, realização de palestras ou cursos. A área de lazer é quase inexistente e consiste na única praça do bairro. A principal queixa é de não haver um local para levar as crianças ou para prática de esportes, como uma quadra. Os moradores utilizam um espaço, onde está previsto a construção de quadra para jogarem futebol. Os espaços destinados para praça e atividade de esporte serão executados na quarta etapa, onde haverá um parque com espaços para cultura, lazer, esporte e conhecimento. Até que ocorra a execução, os moradores deverão procurar por lazer nos bairros vizinhos ou outros pontos da cidade.

Quanto ao comércio avaliou-se o existente no bairro. Os moradores foram questionados sobre o comércio para verificar se a população estava assistida ou se precisavam realizar grandes deslocamentos. Este comércio consiste em pequenas mercearias, lanchonetes e bares espalhados pelas duas etapas, não foram visualizadas lojas de confecções. Por ser de pequeno porte, o comércio local não atende a todas as necessidades e, por isso, os moradores reclamaram do valor dos produtos comercializados. Também ocorre aos domingos uma pequena feira livre, a qual é insuficiente para o tamanho do bairro e os moradores reclamaram da pouca opção e dos altos preços, inclusive há residentes que optam em fazer as compras na feira do bairro vizinho, que ocorre no mesmo dia e horário, no domingo pela manhã. Algumas casas improvisaram serviços como banca de reforço escolar, salão de beleza, costura e oficina, mas são poucos utilizados pelos moradores, o que resultou no alto resultado da ausência de serviços no bairro.

No projeto do bairro foram destinadas áreas para a construção de comércio e serviço de pequeno porte e uma área para supermercado de maior porte. As áreas para comércio estarão presentes em todas as etapas. Os lotes comerciais do Bloco I e II estão em fase de aprovação de projeto pela EMURB, para em seguida iniciar o processo de licitação, ou seja, ainda não há data para execução.

Outro serviço avaliado foi a segurança do bairro. O policiamento do bairro é realizado pela passagem de viaturas, mas não existe posto policial no local. Os assaltos e roubos são constantes, principalmente no acesso ao Bairro Santa Maria com maior frequência durante a noite. Conforme a SEPLAN, haverá uma base para a guarda municipal dotada de canil e cavalaria.

Para a qualidade de vida dos moradores do assentamento e como Souza (2010) destaca, o atendimento das necessidades de privacidade e segurança, ou seja, a proteção contra roubos e outros crimes é essencial para reduzir o medo, as agressões e outras possíveis consequências. A regeneração é uma das necessidades para a qualidade de vida, a qual tem como aspecto a criação de espaços para atividades corporais, prática de esportes e diversão para crianças.

Serviços como creche, educação e unidades de saúde são obrigatórios a depender da quantidade de habitantes por área domiciliar. No caso do Bairro 17 de Março, um novo assentamento destinado a abrigar 25.000 habitantes, tais serviços são obrigatórios. Porém, após três anos, a população ainda não foi contemplada com essas estruturas. Enquanto não forem construídas, os moradores serão obrigados a deslocar-se a bairros vizinhos, os quais não tem estrutura para suportar o aumento de demanda. De acordo com Villaça (2001), há uma segregação nos bairros destinados a classe social diferente, onde os destinados para a classe alta e média têm melhor infraestrutura e atrativos, enquanto que, em outros bairros, a maior preocupação é construir o maior número de residências possíveis.

A Agenda 21 prevê que haja uma política pública atenta às questões humanas e ações para resolver questões sociais e econômicas. Os indicadores do IBGE que abordam as características dos serviços presentes e/ou necessários ao bairro são: **Oferta de serviços básicos de saúde; Taxa de frequência escolar; Taxa de alfabetização; Taxa de escolaridade da população adulta; Acesso aos serviços de telefonia; Acesso à internet.**

O indicador Oferta de serviços básicos de saúde, verifica a quantidade de recursos na área de saúde, tanto o emprego de médicos quanto o de estabelecimentos e leitos hospitalares para os residentes, no caso, o do bairro. No caso do 17 de Março, não há unidades de saúde. Este indicador tem relevância para o desenvolvimento sustentável porque apesar da redução nas taxas de mortalidade e o aumento da esperança de vida, o acesso aos serviços de saúde é essencial à qualidade de vida.

O indicador Taxa de frequência escolar mede a quantidade dos moradores que frequentam a escola na faixa etária de 15 a 17 anos, o de Taxa de alfabetização avalia o grau de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade e o indicador Taxa de escolaridade da população adulta demonstra o nível de escolaridade dos moradores com idade entre

25 e 64 anos. Tais indicadores são relevantes para o desenvolvimento sustentável, pois a educação, além de promover a obtenção de conhecimento e a formação de habilidades cognitivas e assim, processar as informações (IBGE, 2012) No perfil socioeconômico dos moradores do bairro, verificou-se que as crianças e adolescentes frequentam a escola, mas os adultos têm um baixo grau de escolaridade. A falta de escola no local dificulta o acesso pelos mais velhos e também torna-se um complicador para os adolescentes que pretendem trabalhar para complementar a renda familiar. Ou seja, a presença de colégios no assentamento é um incentivador para esta população que parou os estudos ou está com dificuldade de continuar.

O indicador Acesso aos serviços de telefonia verifica o acesso da comunidade aos serviços de telefonia, tanto o fixo como o móvel. Este indicador avalia o desenvolvimento de tal serviço. A telefonia proporciona o contato, a troca de informação e o acesso a serviços, além de reduzir a necessidade de transporte, o que favorece ao meio ambiente. O Acesso à internet é outro indicador que expressa a quantidade de domicílios que possuem esse serviço. Tal indicador tem relevância para o desenvolvimento sustentável, pois é mais uma ferramenta de ingresso às informações, conhecimento e serviços, assim aumenta a participação dos moradores nas tomadas de decisões e é um veículo viabilizador de mudanças. No entanto, no bairro não há acesso a telefone público ou fixo e o funcionamento da telefonia móvel é com falhas. O acesso à internet só é conseguida por via rádio e poucos têm acesso, inclusive não foram verificadas lan-houses quando realizada a pesquisa de campo.

Apesar dos objetivos da Agenda 21, não há indicadores do IBGE relacionados à segurança, área para lazer e social, serviço dos correios e esquematização do comércio e serviços.

• **CARACTERÍSTICAS DA INFRAESTRUTURA**

As características da infraestrutura tiveram como meta demonstrar o panorama do bairro quanto aos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e outros serviços básicos necessários para uma habitação digna. No questionário foram abordadas perguntas para saber a situação da iluminação pública; esgoto residencial; abastecimento de água; escoamento das águas da chuva na rua; situação em período de chuva; coleta de lixo comum; coleta de lixo seletivo e centro para reciclagem.

A iluminação pública do bairro é realizada por postes de concreto com uma lâmpada nas vias locais e com quatro lâmpadas nas vias principais. Nas quadras ainda sem uso, não existe iluminação pública, o que deixa certas zonas na penumbra ou às escuras. A inconstância da iluminação cria áreas perigosas ou inutilizadas no período da noite.

As moradias são bem assistidas quanto ao esgoto residencial, mas foram diagnosticadas algumas casas com fossa entupida ou com retorno de esgoto. Os maiores problemas foram verificados nos apartamentos, as fossas entopem constantemente e o esgoto retorna nos apartamentos térreos. Na segunda etapa, na divisa com a etapa entregue em 2013, o serviço do esgoto residencial funciona de forma incipiente e o sistema de saneamento urbano está incompleto. As residências devem ser entregues com toda a infraestrutura, esgotamento sanitário, iluminação pública e as vias calçadas de acordo com a Legislação Municipal. No geral o bairro é bem assistido quanto ao abastecimento de água, visto que não costuma faltar e tem boa vazão.

O escoamento das águas da chuva na rua apresenta maiores problemas na área dos apartamentos e nas residências da divisa com a nova etapa, pois nestes locais a inclinação e a altura dos imóveis em relação ao nível da rua não favorecem ao escoamento da água. O tipo do terreno também não favorece ao escoamento da água, além de existirem vias sem pavimentação e sem o sistema de drenagem. Mas, no geral, o bairro não apresenta problemas de alagamento em períodos de chuva.

Outra característica da infraestrutura avaliada foi a coleta de lixo, inclusive se há coleta seletiva e centro para triagem. O serviço de coleta de lixo, quando em bom funcionamento, evita o acúmulo de lixo ou o descarte em lugares inapropriados. A coleta de lixo funciona normalmente e o caminhão de coleta atende a todas as ruas, inclusive as que não possuem calçamento, de acordo com os moradores. Entretanto há a presença de lixo nos canais de drenagem e nas quadras sem uso apesar do bom serviço, indicando o descaso e o nível de educação da população na residente no local.

Por haver um centro de triagem de material reciclável no bairro, foi verificado se há a coleta de lixo seletivo e a qualidade do seu funcionamento. De acordo com os entrevistados a coleta seletiva não funciona de maneira uniforme em

todo o bairro. Nos apartamentos existe casa para lixo comum e para os resíduos recicláveis, porém os moradores não a utilizam para tal fim e poucos são os que separam os materiais recicláveis.

O centro para triagem de material reciclável é mais conhecido pelas pessoas que residem na redondeza e outras pouquíssimas pessoas sabiam da existência do centro, mas nunca tinham ido ao local ou desconheciam o que acontecia no local. O centro para triagem foi inaugurado em julho de 2013 e aos poucos estão se estruturando. Funciona por meio de cooperativa e o material é recolhido em condomínios residenciais da cidade. Dos que trabalham no centro, a maioria reside no bairro vizinho ou outras localidades, são poucos os residentes no bairro dos estudados nessa pesquisa.

Os principais problemas encontrados em relação à infraestrutura se concentraram na área dos prédios e nas casas da segunda etapa que fazem divisa com a parte entregue em 2013, mas no geral o bairro é bem atendido quanto ao esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo. Serviços que estão presentes nos critérios da Agenda 21 e nos indicadores do IBGE.

Azevedo (2007) cita que só o incremento de habitação resolve a questão da moradia, entretanto as políticas públicas devem estar integradas, como no caso do abastecimento de água e o esgotamento sanitário, entre outros que podem ter um efeito maior nas condições humanas. Esta preocupação está presente no Estatuto da Cidade, o qual assegura que os assentamentos habitacionais atendam as necessidades dos moradores para que tenham qualidade de vida.

Os indicadores do IBGE relacionados à infraestrutura são os classificados na dimensão ambiental. De acordo com a Agenda 21, estes indicadores têm como objetivo universalizar o saneamento ambiental, protegendo o ambiente e a saúde. Os indicadores que se enquadram nos objetivos da Agenda e a realidade do bairro são: **Acesso a sistema de abastecimento de água; Acesso a esgotamento sanitário; Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico e Coleta seletiva de lixo.**

O indicador **Acesso a sistema de abastecimento de água** representa a quantidade de moradores que possuem acesso ao abastecimento de água. Tal indicador tem importância para o desenvolvimento sustentável porque a água tratada promove melhoria à higiene e saúde da população. O cumprimento do indicador é fundamental para promover a qualidade de vida e verificar o incremento das políticas públicas de saneamento. A presença do abastecimento de água no bairro cumpre o indicador e é perceptível a melhoria de vida dos moradores.

O indicador **Acesso a esgotamento sanitário** indica a população assistida pelo serviço de esgotamento sanitário. Sua importância para o desenvolvimento sustentável se deve pelo fato de ser fundamental para avaliação das condições de saúde da comunidade, pois controla e diminui a incidência de doenças. Tal indicador verifica tanto a qualidade de vida dos habitantes quanto à ação das políticas públicas relacionadas ao saneamento. O esgotamento sanitário avaliado, considerado por este indicador, é o ligado à rede pública e os serviços por fossa séptica. O intuito final é promover a qualidade à saúde humana e o meio ambiente. O bairro atende quanto ao indicador de Acesso a esgotamento sanitário, apesar de existir alguns problemas e, ainda, haver ruas onde a rede não foi finalizada.

O indicador **Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico** foi outro analisado no bairro, tal indicador representa a quantidade de habitantes assistidos pelo serviço de coleta de lixo. A presença desse serviço é importante para o desenvolvimento sustentável, pois evita a proliferação de doenças e vetores, como também evita a poluição do solo ou corpos d'água. No caso do bairro, onde existe o serviço, falta conscientização da comunidade para não despejar o lixo em lugares inapropriados.

O indicador **Coleta seletiva de lixo** trata-se do oferecimento, pelo município, do serviço de coleta seletiva do lixo. Apesar da existência de um centro de triagem no bairro, o serviço de coleta seletiva realizado pela cidade de Aracaju não é realizado no bairro em estudo. A disposição final do lixo é relevante para o desenvolvimento sustentável. A coleta seletiva possibilita a redução do lixo que será destinado ao aterro sanitário, tem cunho social e econômico ao melhorar a situação de trabalho dos catadores de lixo e minimiza os gastos com a limpeza urbana e construção de novos aterros. O bairro não atende quanto ao indicador, pois o bairro não é assistido pela coleta seletiva de lixo.

Por se tratar do bairro e não de cidade, não foram considerados os indicadores Tratamento de esgoto e Destinação final do lixo, mesmo com uma estação de tratamento de esgoto prevista para o bairro, ainda sem funcionamento devido a obra está inacabada.

• CARACTERÍSTICAS DA MOBILIDADE

A mobilidade urbana é um tema em constante debate na cidade. O bairro, devido ao tamanho territorial e populacional, precisa ter a questão da mobilidade como uma das preocupações para evitar problemas futuros. As características da mobilidade avaliada junto aos moradores foram: o transporte público, as ciclovias, acessibilidade e passeios. As informações colhidas no bairro foram complementadas com os dados obtidos pelo órgão responsável pelo serviço de trânsito e transporte da cidade de Aracaju, SMTT, para entender as características do local.

O questionamento teve como finalidade, não só ver a situação do transporte público, mas também a estrutura do trânsito como sinalização, quebra-molas e investimentos futuros. As maiores queixas dos residentes foram a pouca opção e/ou a demora dos transportes. O local é assistido por duas linhas de ônibus que vêm pelo Conjunto Aquarius e demoram no mínimo meia hora nos dias úteis e, no final de semana, chegam a demorar uma hora. Outra reclamação é que o ônibus circula muito antes de entrar no bairro e só passa pela primeira etapa. Não há linha que faça a ligação com o bairro vizinho, o mais utilizado pelos moradores.

A ciclovia circunda o bairro pelas avenidas principais, somente na primeira etapa. Os residentes pouco utilizam a ciclovia apesar de julgá-la boa, pois a ciclovia não é interligada a mais nenhum ponto da cidade. Os pais não confiam deixar as crianças pedalar por ela por julgar perigoso, pois os carros passam em alta velocidade pela avenida. A acessibilidade do bairro é facilitada pelo fato das calçadas estarem na mesma altura e de material que facilita o deslocamento e pela presença de rampas para cadeirante nas calçadas nos principais cruzamentos. Mas o piso tátil, sinalização vertical e aviso sonoro não constam no bairro. Na segunda etapa, não tinha acessibilidade na época do levantamento dos dados desse estudo.

O passeio do bairro segue na mesma altura e material, com calçamento em concreto, o que facilita o deslocamento dos pedestres. No entanto, não possuem arborização, deixando assim o espaço desconfortável para a locomoção. Os passeios não devem só promover o deslocamento, mas também incentivar o uso e a permanência dos habitantes nas calçadas, pois a presença de pessoas nas ruas traz segurança ao bairro por não deixar as ruas desertas. Por isso o material, a altura constante e a presença de árvores são fundamentais. Na segunda etapa, os passeios não estavam construídos ainda, os existentes foram executados pelos próprios moradores.

Segundo Jacobs (2009), as ruas e as calçadas são primordiais em uma cidade e seu uso precisa ser incentivado, mas, para isso, as pessoas precisam se sentir atraídas e estimuladas a usá-las. O incentivo pelo deslocamento a pé promove a redução do uso de transportes motorizados, o que traz benefícios para o meio ambiente ao diminuir a emissão de poluentes, e reduz os engarrafamentos e acidentes.

Quanto à mobilidade, foram realizadas algumas perguntas a SMTT sobre a situação atual do bairro e ações futuras para o local. Segundo a Secretaria, um dos pedidos dos moradores é pela instalação de quebra-molas, que não existem no bairro, para reduzir a velocidade que os veículos trafegam. A sinalização horizontal e vertical não foi instalada, como também não há faixa de pedestre. A SMTT tem noção de tal deficiência afirmou a instalação da sinalização, porém ainda não tinha data prevista.

No momento, a indicação das paradas dos ônibus é feita por placas verticais. Está previsto, pela SMTT, a construção de abrigos de ônibus, porém ainda está em processo de licitação. Quanto ao transporte público, será construída uma Avenida Perimetral, a qual contará com quatro corredores de BRT - *Bus Rapid Transit* – transporte coletivo por ônibus rápido e aumentará a quantidade de linhas de ônibus. O Bairro 17 de Março será beneficiado com este acréscimo.

A Agenda 21 tem como um dos objetivos para o desenvolvimento sustentável o transporte urbano. O uso do transporte público e a redução da necessidade de transporte motorizado devem ser previstas no planejamento urbano da cidade. Tal objetivo é implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável, o qual inclui o transporte público, a redução de congestionamento, de poluição e acidentes. Os indicadores do IBGE que se enquadram a questão da mobilidade são: **Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas e Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte.**

O indicador **Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas**, não será abordado por ainda não haver dados relacionados à poluição no Bairro 17 de Março. O indicador **Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte** expressa a quantidade de óbitos por acidentes no trânsito. Apesar de não haver dados de acidentes no bairro, tal indicador é relevante para o desenvolvimento sustentável, pois ameaça a segurança física dos moradores e reduz a

qualidade de vida dos habitantes. Para que ocorra o desenvolvimento sustentável, o processo de planejamento e gestão devem englobar ações educacionais e de infraestrutura. Ações estruturais precisam ser aplicadas como adequação da sinalização e desenvolvimento de planos de tráfego juntamente com metodologias específicas ao local. No bairro não há ações educacionais de trânsito como programa de sensibilização e prevenção, além de precisar melhorar a estrutura do trânsito, com a aplicação de sinalização e construção de quebra-molas.

• CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

O desenvolvimento sustentável de uma comunidade é alcançado quando há a preocupação com a dimensão ambiental, social e econômica. Em virtude disso, o questionário buscou o perfil financeiro dos moradores, se há alguma outra forma de renda extra e se recebem auxílio do governo. As características econômicas juntamente com os indicadores de desenvolvimento sustentável proporcionam a criação do perfil econômico da comunidade e, assim, determinam em que setores o planejamento urbano precisará investir.

O questionário aplicado no bairro em estudo contou com perguntas sobre os gastos com água, energia elétrica, transporte, educação e lazer, se os moradores participavam de cooperativas de trabalhadores, se produziam algo para vender ou se tinham a reciclagem como fonte de renda. Também foram questionados a respeito do auxílio do governo. Os dados encontrados comparados com as características socioeconômica dos moradores indicou o perfil do bairro. Entre as cooperativas nas quais os moradores participam, está a de reciclagem de lixo e de táxi lotação, não informou qual era o nome da cooperativa que fazem parte, tanto da de reciclagem como da de táxi lotação.

Os residentes foram questionados se realizavam alguma produção caseira para a venda, alguns afirmaram produzir algo para a venda, como complementação de renda. Alguns dos itens encontrados foram a venda de milho cozido e produtos de limpeza, mas julgaram fraca a comercialização no bairro. Motivo que não incentiva outros moradores a realizarem a venda ou a produção de itens.

Por o bairro contar com um centro de reciclagem, tornou-se necessário saber se os moradores realizavam a reciclagem de lixo como fonte de renda ou como complemento. Dos interrogados 32% coletam materiais recicláveis para vender ou trabalham em cooperativas, a do próprio bairro ou de bairros vizinhos. Tal atividade mostrou-se presente no local, no entanto o material é coletado em outras regiões. Os residentes do bairro ainda não têm a iniciativa de separar os materiais recicláveis.

O questionamento sobre outra fonte de renda se deu pelo fato da grande quantidade de moradores sem emprego e ou recebendo auxílio do governo, dinheiro o qual é fundamental para o pagamento das contas, uma vez que pela estrutura do bairro dificulta a saída de mais de um membro para trabalhar.

Há residentes que não pagam conta de água, segundo eles é porque não foi instalado medidor ou simplesmente porque fazem gato, ou seja, de forma clandestina. A maioria está inscrita na categoria Baixa Renda e desta forma tem uma conta com valor reduzido, mas, mesmo assim, ainda sentem dificuldade para saldar a conta. Quanto a conta de energia, apesar da quantidade de moradores enquadrados na categoria baixa renda, muitos reclamaram do preço. Há também residentes que confessaram não pagar pela energia, pois fizeram ligações clandestinas.

Devido à distância do Centro da cidade, o transporte público torna-se obrigatório para quem precisa deslocar-se a outros bairros, porém os moradores evitam sair do bairro e ter gastos com transporte público, quando não estritamente necessário. A distância e a dificuldade para ir a outros locais faz com que se dirijam mais ao Bairro Santa Maria, pois podem ir caminhando. A questão do transporte interfere no modo de vida da população local, inclusive em relação à educação e atividades de lazer.

Os moradores foram questionados se possuíam algum gasto com educação, uma vez que o bairro não contém escolas públicas e devido ao baixo índice de escolaridade dos moradores adultos. Dos poucos que têm algum custo com educação, está a realização de curso e a inclusão dos filhos em colégio particular. Apesar da pequena porcentagem, os moradores gostariam de ter condições de realizar cursos profissionalizantes ou colocar os filhos em escola particular, banca e principalmente creches para ter condições de trabalhar fora.

Ao longo dos anos, as políticas habitacionais desenvolvidas pelo governo buscaram atender ao maior número possível com a doação de casas próprias, porém, com a entrega vêm as obrigações como a conta de água e energia. Mesmo com o programa Baixa Renda, os moradores sentem dificuldade em arcar com as contas mensais.

Em virtude das dificuldades para pagar as contas mensais, o crescimento econômico da comunidade é fundamental para que possam mais do que arcar com os custos tenham, também, momentos de lazer. O desenvolvimento de atividades econômicas está previsto no Estatuto da Cidade como uma das maneiras de atender as necessidades da população. A Agenda 21 tem um capítulo destinado ao crescimento econômico sustentado e sustentável como meio de erradicar a pobreza, com ações que proporcionam a geração de renda a partir de programas de emprego ou por meio de diferentes estratégias. Os indicadores do IBGE direcionados para as características econômicas do Bairro 17 de Março são: Razão de dependência; Rendimento domiciliar per capita e Mulheres em trabalhos formais.

O indicador Razão de dependência demonstra a quantidade de dependentes em relação à população ativa. Tal indicador é relevante para o desenvolvimento sustentável por expor o grau de dependência da comunidade e assim criar políticas públicas de acordo com as demandas sociais. Quanto maior é o grau de dependência econômica, maior é a necessidade de intervenções políticas, principalmente nas áreas de educação e saúde. Não foram calculados quantos eram os não aptos a trabalhar por residência, mas pelo número de residências beneficiadas com auxílio do governo é perceptível que o não atendimento do indicador e a urgência de políticas públicas e ações no bairro se fazem necessárias para mudar o panorama.

O indicador Rendimento domiciliar per capita demonstra a distribuição de renda por domicílio. Tal indicador tem importância para o desenvolvimento sustentável por expor a situação financeira dos moradores, a renda per capita, e com isso determinar políticas direcionadas à redução da pobreza e das desigualdades. A aplicação de políticas como o Bolsa Família no bairro não se mostrou suficiente para atender ao indicador. O rendimento domiciliar é, basicamente, o valor recebido pelo auxílio do governo. As ações governamentais precisam ir além do auxílio financeiro, criar estratégias que proporcionem o crescimento econômico, ou seja, a independência financeira da comunidade.

O indicador Mulheres em trabalhos formais representa a quantidade de mulheres em trabalhos formais na região. O acesso da mulher no mercado de trabalho reflete a igualdade entre os gêneros, opções e a eficácia econômica, além de reduzir o grau de pobreza e promover o desenvolvimento sustentável. Porém a ausência de creches dificulta a saída da mulher, pois nem todas têm com quem deixar os filhos para cumprir a carga horária.

Os indicadores do IBGE, apesar de terem um cunho social, são fundamentais para entender a situação financeira dos moradores do bairro e, com isso, criar estratégias direcionadas à realidade local. O planejamento urbano e as políticas públicas devem solucionar os problemas sociais e promover a qualidade de vida, proporcionar o crescimento econômico da população é uma das estratégias para o atendimento dos indicadores, pois reduz a dependência da comunidade em relação ao governo.

• CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

O questionário aplicado ao Bairro 17 de Março, além das outras características, buscou também demonstrar o panorama da vida social dos moradores, saber se há vida noturna e espaço religioso no local e a sua qualidade. Outro ponto analisado foi se há ações realizadas pela prefeitura de cunho social como palestras educacionais.

Os moradores foram questionados se havia espaço religioso no bairro, só há locais evangélicos que são realizados em espaços construídos pelos próprios moradores ou nas casas, mas muitos ainda preferem frequentar o culto em outros bairros. Mas não existe local para os que são católicos e não há previsão para a construção de igreja no bairro. Dos entrevistados só foram diagnosticados evangélicos e católicos. A questão religiosa não foi prevista no projeto do bairro, enquanto isso os residentes precisam se deslocar para a vizinhança.

A vida noturna promove movimentação à noite e, assim, evita áreas desertas e, conseqüentemente, perigosas durante a noite. As únicas opções são lanchonetes e bares espalhados pelo bairro que poucos frequentam durante a noite. A distância e a pequena variedade são empecilhos para a saída. A insegurança e o fato de não haver alternativas gratuitas faz do bairro um local com pouco movimento à noite, o que deixa os moradores mais vulneráveis. Durante os quase

quatro anos da existência do bairro, não houve a realização de palestras educacionais. Na verdade, o local ainda não possui estrutura física para a realização de ações educacionais.

Segundo Romero (2009), as relações sociais, quando equilibradas, proporcionam a sensação de pertencimento e perspectivas de desenvolvimento da comunidade. Para isto são necessárias ações que fortaleçam as relações da comunidade, a partir da interação social e da educação. Conforme Andrade (2009), é fundamental desenvolver o sentido de lugar, a apropriação do espaço pelos moradores para que assim haja o cuidado e preservação do local.

A Agenda 21 tem como um dos objetivos para o desenvolvimento sustentável a inclusão social, com o incremento de Programas Governamentais. Os indicadores do IBGE não englobam a questão da vida social dos habitantes, o modo como se relacionam com o espaço e com os demais habitantes.

Souza (2010) traz como aspecto para a qualidade de vida a conversa, ajuda dos vizinhos e a participação da comunidade, o que evitaria como consequência conflitos sociais, segregação entre outros conflitos. A interação social e as políticas públicas direcionadas à educação são relevantes para o desenvolvimento sustentável da comunidade, pois evita ações negativas em relação ao espaço, como atos de vandalismo. A população passa a zelar pelo espaço e ter maior integração.

• CARACTERÍSTICAS DA SAÚDE

“A saúde é direito de todos e dever do Estado” conforme a Constituição Federal, Art. 196 (Brasil, 1988), a promoção da saúde deve ser garantida a partir de políticas que reduzam o risco de doenças e outros danos e o acesso para todos de maneira indiscriminatória.

A qualidade da saúde de uma população não pode ser limitada à estrutura de unidades de saúde. A realização de políticas públicas educativas é essencial para evitar a proliferação de doenças ou danos maiores. Em virtude da importância de ações informativas, os moradores do bairro foram questionados se houve atos sobre os cuidados à saúde da criança, do idoso e da mulher e trabalhos voltados à questão das drogas e da educação infantil. A resposta foi unânime, nunca houve atuações de tal intenção no bairro.

A única ação que acontece no bairro é dos Agentes Comunitários de Combate a Dengue. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), há a realização de Programas da Saúde direcionados, também para os residentes no Bairro 17 de Março que acontecem no Bairro Santa Maria, os Programas são: o Saúde da Mulher, Saúde da Criança, Saúde Bucal, Adulto/Idoso e possui um Núcleo de Apoio Saúde da Família.

Em relação à SMS, foi perguntado se havia alguma ação programada para o bairro e informaram que são realizados mutirões de acordo com a necessidade da população. Em setembro de 2013 aconteceu um mutirão onde foi aferida a pressão arterial e realizados testes para DST's e exame de glicemia, entre outros e ocorreram orientações para a comunidade. No mês de dezembro do mesmo ano, houve outro mutirão realizado com o apoio da SMS, onde contou com a participação de estudantes da área de saúde do Senac e da Universidade Tiradentes, médicos oftalmologista e endocrinologista e nutricionista. A ação realizou exame ocular e para detectar o nível de glicemia, consulta endocrinológica e avaliação antropométrica. Cerca de 500 moradores participaram do mutirão.

Os mutirões foram uma alternativa encontrada pela SMS para que o bairro não fique sem atendimento, enquanto a Unidade de Saúde do bairro ainda está em construção. O problema dessas ações é que não são corriqueiras e não atende todo o local, além de serem recentes.

A aplicação de programas preventivos realizados pelos diferentes níveis do Governo, juntamente com a comunidade local está previsto na Agenda 21, pois tais ações vão além de tratar e remediar. O intercâmbio de informações e práticas educativas devem ser praticadas como maneira de controlar ou reduzir doenças e melhorar a saúde da comunidade. A Agenda tem como um dos objetivos promover a saúde e evitar doenças, segundo tal objetivo os indicadores do IBGE que se enquadram na característica da saúde no bairro são: Esperança de vida ao nascer; Taxa de mortalidade infantil; Prevalência de desnutrição total.

O indicador Esperança de vida ao nascer expressa a expectativa média dos recém-nascidos. Tal indicador, mais do que demonstrar a expectativa de vida, mostra um panorama da saúde da população e das condições de vida, interferindo,

assim, nas políticas públicas na área da saúde e na questão ambiental. Não foram encontrados dados relativos a este indicador, mas a ausência de ações sobre o cuidado da criança no bairro demonstra a necessidade de maiores intervenções.

O indicador Taxa de mortalidade infantil expressa o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade. Assim como o indicador Esperança de vida ao nascer, não há dados específicos do bairro devido ao tempo de existência do bairro. Porém o indicador da taxa de mortalidade infantil tem relevância para o desenvolvimento sustentável por mostrar o panorama dos serviços de saúde e de assistência domiciliar. A redução da taxa demonstra o grau de desenvolvimento da comunidade.

O indicador Prevalência de desnutrição total representa a quantidade de crianças com desnutrição, as com menos de 5 anos de idade. Apesar de não haver dados específicos para o bairro, a questão da desnutrição tem importância para o desenvolvimento sustentável por demonstrar a situação das condições de vida da população e assim buscar políticas públicas que mudem o panorama. A ausência de programas, no bairro, direcionados ao cuidado da criança impede ter uma visão da realidade e, assim, criar ações direcionadas. Quanto ao cuidado da mulher e do idoso e a relação com as drogas, o IBGE não possui indicadores relacionados. A preocupação maior é com as crianças, em especial quanto a desnutrição e na faixa etária até os 5 anos de idade.

Neste aspecto a análise do bairro juntamente com os indicadores permitiu uma visão mais abrangente do bairro, como também entender quais pontos precisam de maior atenção para que esta comunidade alcance o desenvolvimento sustentável. O entendimento das necessidades do local viabiliza políticas públicas direcionadas que consigam trazer maiores benefícios e evitar problemas futuros.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A aplicação dos indicadores demonstrou que o bairro está longe de alcançar o desenvolvimento sustentável, mas que é possível reverter a situação. Estudos mais completos e interligados a profissionais de outras áreas, juntamente às Secretarias podem mudar a realidade do local e evitar que o problema ganhe maiores proporções.

Mediante o que foi discutido e concluído, pode-se recomendar que sejam implementadas algumas ações para a minimização dos problemas levantados e como prevenção à implantação de futuros empreendimentos sugeridos a seguir:

- O planejamento urbano com a participação das Secretarias e dos moradores que irão ocupar o assentamento habitacional. O planejamento também deve ser com uma equipe interdisciplinar, além de arquitetos e urbanistas. A questão social precisa ser pensada durante a concepção do projeto.
- Criação de estratégias e ações rotineiras educativas que proporcionem o conhecimento dos moradores e, assim, maior interação e responsabilidade com o bairro, o que reduz o abandono, o despejo de lixo em lugares impróprios e o vandalismo na região.
- Criação de programas educacionais sobre cuidados com a saúde para que reduzam a necessidade de atendimento médico e gasto com medicamentos.
- Concepção de medidas que incentivem o desenvolvimento econômico dos moradores, com a criação de cooperativa de trabalhadores, cursos profissionalizantes e incentivos para que possam ter meios para crescer financeiramente, o que reduzirá a dependência do Governo Federal.
- Obrigatoriedade da entrega de creche, escola, posto de saúde, área para lazer e arborização, quando da entrega das moradias de assentamentos de tal porte. Evitando assim, que os moradores demorem a ter acesso aos serviços.

A problemática dos assentamentos poderia ser reduzida ou evitada caso adotassem os instrumentos de planejamento da Agenda 21 e executassem os serviços necessários. Ações pontuais e esporádicas não são suficientes para promover o desenvolvimento sustentável de um local. As estratégias precisam ser interligadas, as Secretarias precisam dialogar para que se resolvam os problemas e evitem transtornos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Liza Maria de Souza. Princípios de sustentabilidade para reabilitação de assentamentos urbanos. Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística. Brasília: FAU/UnB, p. 347-411, 2009.
2. AZEVEDO, Sérgio. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. Coleção Habitare, Porto Alegre, v. 7, 2007. Disponível em: http://habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo_1.pdf. Data: outubro de 2012.
3. BRASIL. Lei Federal 10.257 de 10.07.2001 - Estatuto da Cidade, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Data: novembro de 2012.
4. _____. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Data: novembro de 2012.
5. _____. Ministério do Meio Ambiente. Cidades sustentáveis. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/preven%C3%A7%C3%A3o-de-desastres>. Data: novembro de 2012.
6. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1&titulo=Primeiros-resultados-definitivos-do-Censo-2010:-populacao-do-Brasil-e-de-190.755.799-pessoas. Data: setembro de 2013.
7. _____. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/2012/ids2012.pdf. Data: outubro de 2012.
8. JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
9. PAC. Programa de Aceleração do Crescimento. Medidas Institucionais e Econômicas para o Crescimento do País. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/medidas-institucionais-e-economicas/>. Data: abril de 2011.
10. ROMERO, Marta Adriana Bustos. Princípios bioclimáticos para o desenho urbano. São Paulo: P.W., 1988.
11. ROMERO, Marta Adriana Bustos. Estratégias bioclimáticas de reabilitação ambiental adaptadas ao projeto. Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística. Brasília: FAU/UnB, 2009.
12. SEPLAN, Secretaria de Planejamento de Aracaju. Bairro 17 de Março: proposta de urbanização. Aracaju, 2013.
13. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010.
14. VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.